

José Manuel Pureza

**OS ESTUDOS PARA A PAZ
COMO DESAFIO CRÍTICO À TRADIÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Lição apresentada no âmbito das Provas de
Agregação na área de Relações Internacionais
(especialidade de História e Teoria das
Relações Internacionais)**

- Coimbra, 2009 -

Uma disciplina – as Relações Internacionais – amadurecida na explicação e legitimação da guerra vê-se interpelada, a partir de dentro das suas fronteiras analíticas, por discursos que não pretendem menos do que a sua transformação num conhecimento orientado para a construção de uma paz completa e por meios pacíficos. Esta viragem não foi senão um dos componentes da constelação de mudanças que se anunciaram, na viragem do século XX para o século XXI, trazidas no bojo do chamado “quarto debate” teórico em Relações Internacionais. Os Estudos para a Paz constituem – não obstante a sua heterogeneidade interna, tributária de uma trajectória assinaladamente plural - um elemento frequentemente referido nesse bloco de propostas teóricas que emerge na contestação ao cânone moderno em Relações Internacionais (Pureza e Cravo, 2005: 5). Importa, pois, identificar os traços mais marcantes da tradição teórica em Relações Internacionais para com ela contrastar as linhas analíticas e discursivas que lhe disputam actualmente a hegemonia paradigmática. Só sobre este pano de fundo é possível proceder a uma avaliação crítica da trajectória dos Estudos para a Paz, o que farei num segundo momento.

1. O quarto debate

A formação de um cânone é inevitavelmente um processo de hegemonização-subalternização. Os debates que, ao longo do século XX, moldaram o cânone em Relações Internacionais podem ser perspectivados precisamente como uma sequência de processos de afirmação hegemónica de agendas analíticas e das correspondentes metodologias e da correspondente “condenação” de outras a um estatuto subalterno.

Assim sucedeu, desde logo, com o triunfo do realismo sobre o idealismo no debate fundador que os opôs nos anos quarenta e cinquenta do século passado. De acordo com Cravinho (2002: 141), o padrão de conhecimento resultante desse triunfo constituiu-se em torno de quatro ingredientes essenciais. Em primeiro lugar, *a centralidade do conceito de anarquia internacional*: a orfandade de uma instância de poder superior aos Estados, simbolizada em Vestefália, condena-os alegadamente a esgotar-se numa luta sem tréguas pela sobrevivência. Em segundo lugar, *o estatocentrismo*: a paisagem política internacional é, para a matriz realista triunfante, apenas povoada por Estados, pois que todos os demais actores, ainda que aparentem autonomia, não passam de agentes das vontades estatais. Em terceiro lugar, *o enfoque sobre o poder e a power politics*: enquanto actores racionais, os Estados buscam acumular poder para maximizarem a satisfação dos respectivos interesses nacionais. Por fim, *a rejeição do normativo*: a superioridade científica que o realismo se auto-confere ancora no repúdio da contaminação da observação da realidade “tal como ela é” por quaisquer subjectividades valorativas.

Esta matriz veio a ser reforçada com o posterior ascendente das metodologias de perfil quantitativista sobre as abordagens qualitativas, no que é designado por segundo debate em Relações Internacionais. Os resquícios de uma influência tida como nociva da história diplomática, do direito internacional ou da filosofia clássica foram então objecto de purga metodológica. Para Kaplan, Jervis e seus seguidores, a cientificidade das Relações Internacionais requer o mergulho pleno na epistemologia das ciências naturais, materializado na adopção do instrumental estatístico e da racionalidade da teoria dos jogos para uma leitura rigorosa da realidade internacional.

Esta consolidação de um cânone em Relações Internacionais foi alvo de turbulência a partir da década de oitenta do século passado. Enquanto os dois primeiros debates constituíram, no essencial, debates intra-paradigmáticos, o debate emergente assumiu contornos de confronto entre visões alternativas a respeito das questões fundadoras: a visão do mundo, a identidade dos actores e o objecto da disciplina (Sodupe, 2003: 39). O chamado debate inter-paradigmático (Maghroori e Ramberg, 1982; Lapid, 1989) rompeu com a unicidade, até então intocada, do paradigma estatocêntrico (Holsti, 1985: 11). Com esta leitura do mundo entraram então em confronto duas outras visões: por um lado, *o globalismo*, centrado sobre a nova agenda da interdependência complexa no sistema internacional protagonizada por um novo elenco de actores relevantes (empresas multinacionais, movimentos transnacionais); por outro, *o estruturalismo*, que contrapõe à superficialidade do estatocentrismo uma atenção prioritária às constantes profundas do

sistema internacional, designadamente as relações de poder determinadas pela economia política, associadas a novos sujeitos (não os Estados mas as classes sociais) e a uma agenda também diferente (não a guerra e a paz como factos primeiros mas as condições de domínio e exploração em escala mundial). Todavia, a artificialidade da redução da grande diversidade de posições teóricas a três paradigmas, o desequilíbrio do debate – muito mais intenso entre estatocentristas e globalistas do que entre qualquer destes e os estruturalistas –, a progressiva evidenciação do globalismo como nova versão dos velhos cânones clássicos neoliberais preocupados fundamentalmente com a explicação das relações de cooperação interestatal em meio anárquico, tudo contribuiu para o rápido esgotamento do terceiro debate. Mas foram sobretudo as dinâmicas internas de reconfiguração dos dois paradigmas principais em disputa que retiraram progressivamente alcance interparadigmático ao debate. No campo estatocêntrico, o neo-realismo, ao repudiar as verdades apodícticas acerca da natureza humana e da política como seu fundamento último, como que suavizou a firmeza meta-teórica do credo. O liberalismo, por seu turno, mantendo-se embora fiel à sua preocupação fundadora – a valorização dos fenómenos de cooperação institucional – abandonou quaisquer propósitos de se assumir como uma grande narrativa diferente, desde a raiz, da construção (neo)realista (Grieco, 1993; Jervis, 1999). “Os paradigmas estatocêntrico e globalista, reconvertidos agora em neo-realismo e neo-liberalismo, perderam o rasgo de incomensurabilidade, para passarem a partilhar um programa de investigação “racionalista”, uma mesma concepção da ciência e uma comum aceitação de trabalhar sob a premissa de anarquia e de investigar a evolução da cooperação e das instituições. A síntese neo-realismo neo-liberalismo acabaria por se constituir no *mainstream* ou corrente principal da disciplina.” (Sodupe, 2003: 57).

O núcleo dessa síntese é obviamente a aceitação da estrutura anárquica do sistema internacional como princípio ordenador das relações internacionais. Para essa síntese, a especificidade das relações internacionais consiste na sua estrutura descentralizada, sem diferenciação funcional das respectivas unidades (os Estados) apesar da desigual distribuição de capacidades entre elas. Assente, tal como o mercado para os economistas neo-clássicos, numa dinâmica de natureza individualista, o sistema internacional é integrado por Estados que não buscam a criação de uma ordem comum mas sim a sobrevivência e a maximização da satisfação dos seus interesses individuais. Ora, se esta matriz tem uma marcada orientação realista, vale sublinhar que é nela e não contra ela – e em concordância, portanto, quer com os seus pressupostos ontológicos individualistas quer com os seus pressupostos epistemológicos naturalistas – que o (neo)liberalismo veio sublinhar a

importância dos fenómenos de cooperação. Os neo-liberais acrescentam, não substituem. Acrescentam aos comportamentos conflituais os comportamentos cooperativos. Não obstante a diferença de horizontes – confiança no progresso contra fatalismo cíclico – neo-liberais e neo-realistas dão-se as mãos na colocação de actores racionais e egoístas no centro da sua análise. São os mesmos Estados que animam tanto as estratégias hobbesianas de acumulação máxima de poder como de negociação de regimes internacionais, porque quer umas quer outras são tomadas apenas como expressões do mesmo axioma individualista e racionalista.

É esta tradição alargada que está hoje a ser submetida a profunda e diversa crítica. A marca principal da disciplina no final de século XX foi, com efeito, a do vigor inédito do debate meta-teórico que nela se instalou. Na verdade, é essencialmente de questões de teoria social que se faz o actual momento de disputa teórica em Relações Internacionais (Wendt, 1999).

Segundo as opiniões de Guzzini (1998) e Sodupe (2003), entendo que o mapeamento do actual clima de debate deve ser estruturado segundo dois eixos. O primeiro eixo é de natureza ontológica e nele tomam parte duas tensões fundamentais (Wendt, 1999: 23). Uma incide sobre a relação entre acção e estrutura e põe frente a frente posições individualistas e posições holistas: enquanto as primeiras sublinham o lugar constitutivo das interacções entre os indivíduos, as segundas sustentam que as estruturas constituem os agentes, ou seja, determinam as suas identidades e os seus interesses. A segunda tensão ontológica é a que opõe materialistas a idealistas: aqueles afirmam o primado explicativo das forças materiais, reservando para as ideias um papel secundário; os idealistas, pelo contrário, sublinham a força determinante da consciência social, concretizada em normas, instituições e, em geral em representações intersubjectivamente partilhadas. Uma tal estruturação do debate ontológico suscita a formação de dois grandes agregados teóricos: de um lado, a tradição racionalista, de base ontológica materialista e individualista, agrupando as posições neo-realistas e neo-liberais; do outro, as críticas reflectivistas federadas em torno de uma abordagem tendencialmente idealista e holista, onde se revêem os construtivismos, a teoria crítica, os feminismos ou os desconstrucionismos pós-modernos.

O segundo eixo do actual debate teórico é de carácter epistemológico e contrapõe positivistas a pós-positivistas. A tradição em Relações Internacionais sufraga uma epistemologia naturalista, adepta da transposição do cânone das ciências naturais para as

ciências sociais, apostando na conversão de regularidades empíricas em supostas leis de comportamento dos actores sociais. Empiricismo e obsessão retrospectiva vão, pois, tendencialmente a par na tradição racionalista (Pureza, 1999: 370). Ora, esta alegada a-historicidade do passado propugnada pela tradição é um dos focos principais de crítica a que as alternativas reflectivistas opõem a centralidade da interpretação e da contextualização em todo o processo de conhecimento, conferindo portanto um estatuto fundamental às ideias e aos significados intersubjectivos dominantes em cada momento histórico. O legado alternativo comum a construções teóricas tão distintas como as de Ruggie (1986), Cox (1986) ou Ashley (1986), mas também a Onuf (1989) e a Wendt (1992), é, desde logo, o dessa ênfase do carácter socialmente construído de toda a realidade social internacional. Por ser assim, ao conhecimento pretensamente neutro professado pela tradição, assente num distanciamento asséptico entre sujeito e objecto, as propostas reflectivistas contrapõem o primado do conhecimento situado e o imperativo de uma reflexão crítica sobre o próprio processo de conhecimento e as suas dimensões políticas. E nisso vai transportado um resgate de uma orientação normativa do conhecimento que une as diferentes perspectivas alternativas (Smith, 1992): à pretendida neutralidade positivista substituem, com maior ou menor intensidade, o compromisso de evidenciar os mecanismos de dominação que se ocultam sob o conhecimento tradicional e, deste modo, densificar um processo de transformação social conducente ao derrube de tais mecanismos.

O bloco teórico alternativo está longe de ser homogéneo. Desde logo, no plano ontológico, embora seja dominante uma perspectiva de fundamento idealista, ela concorre com construções críticas, de inspiração neo-gramsciana, em que a consciência social e as condições materiais se apresentam em tensão dialéctica na enunciação das perspectivas de transformação emancipatória da realidade social internacional (Cox, 1986; Gill, 2007). Por outro lado, no campo epistemológico, sendo embora comum a todas as correntes alternativas a recusa de uma teoria explicativa da realidade internacional que se arroga o conhecimento desta numa lógica de exterioridade e de completude, emergem tensões entre, por um lado, um anti-fundacionalismo absoluto, adoptado pelo pós-modernismo que nega qualquer estatuto privilegiado à ciência e, por outro, um fundacionalismo mínimo que não repudia a viabilidade do estabelecimento da verdade a partir do entrecruzar das diferentes interpretações na comunidade de argumentação.

Mas o que identifica essencialmente as perspectivas alternativas à ortodoxia racionalista é o repúdio pelo sacrossanto mandamento de um conhecimento descontaminado de considerações normativas (*value-free*). Este legado foi desconstruído, nas

duas últimas décadas do século XX, em termos impiedosos: “Não se trata de os assuntos normativos deverem ser abordados, mas antes de que eles sempre ocuparam o centro. Subjacente à neutralidade valorativa esteve um muito poderoso projecto normativo, tão detalhadamente ‘político’ ou ‘orientado’ como as abordagens marginalizadas e deslegitimadas em nome da ciência” (Smith, 1992: 190). Do lado das correntes “radicais” da alternativa pós-positivista, esta denúncia do projecto político da ortodoxia tradicional acompanha a denúncia dos mecanismos de ordem internacional prevaletentes. Nas palavras de Hoffman (1987: 244), o objectivo da teoria deve ser “não apenas transformar o modo como vemos o mundo, mas transformar o próprio mundo”.

Ora, de acordo com Robert Cox (1986: 207), “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito”. Fundado nesta orientação de princípio, Cox opera, na senda de Horkheimer, uma distinção essencial entre dois tipos de teorias, em função dos seus propósitos assumidos ou implícitos. O primeiro tipo é o das teorias de solução de problemas (*problem-solving theories*), que “tomam o mundo tal como o encontram, com as relações sociais e de poder dominantes e as instituições em que estão organizadas, como um quadro adquirido para a acção” (idem: 208), sendo pois a sua finalidade geral permitir que essas relações e instituições funcionem sem turbulência. Já o segundo tipo de teorias – as teorias críticas – ganha distância relativamente à ordem estabelecida e questiona as origens dessa ordem. Neste sentido, ao a-historicismo das primeiras (que tomam conservadoramente o presente como eterno), as teorias críticas opõem “uma escolha normativa a favor de uma ordem social e política diferente da dominante” (idem: 210).

O que a teoria crítica em Relações Internacionais vem, pois, pôr em evidência é justamente a identidade conservadora da tradição teórica – denunciando assim a falsidade da sua neutralidade valorativa e política. Cox adverte para a transformação do realismo, desde a II Guerra Mundial, numa teoria de solução de problemas que dá como invariável o enquadramento da acção humana, assente em três essencialismos: a natureza humana percebida em termos hobbesianos; a natureza dos Estados, centrada na defesa de um suposto interesse nacional pré-determinado; e a natureza anárquica do sistema inter-estatal que determina o comportamento dos Estados. E, lembra Cox, o institucionalismo liberal não se constituiu em verdadeira alternativa a esta leitura, antes convergiu com ela na defesa de uma ontologia essencialista e, como tal, na limitação do trabalho teórico à conservação não turbulenta dessa ordem fixa.

A esta denúncia – “o estudo das relações internacionais é, e sempre foi, inevitavelmente normativo” (Neufeld, 1995: 108) – a teoria crítica acrescenta um

compromisso, o de resgatar o ideal emancipatório da modernidade e assumi-lo como valor-guia de toda a elaboração teórica, tendo em vista não apenas a compreensão da realidade mas a sua transformação. Este é o corte essencial: enquanto a tradição, como teoria de solução de problemas, se funda na imutabilidade das essências, a teoria crítica retoma o projecto iluminista da superação de todos os constrangimentos socialmente construídos e aponta, como tal, à criação de condições para “a garantia do afastamento de todas as limitações, relações de dominação e condições de comunicação e compreensão distorcidas que negam aos seres humanos a capacidade de construir o seu futuro com plena vontade e consciência” (Ashley, 1981: 227). Para lá, portanto, da rejeição de uma reificação do Estado e da anarquia internacional que não questiona os processos sociais, históricos e cognitivos que conduziram ao seu lugar hegemónico na teoria das Relações Internacionais, a teoria crítica apresenta-se como portadora de uma praxeologia normativamente orientada pela emancipação.

O derrube das violências e a mutação do conhecimento que as legitima são indiscutivelmente parte integrante desse projecto de emancipação.

2. A “ciência da paz”

Nascidos da distância crítica face à agenda estreita e intelectualmente pobre das Relações Internacionais – que a moldou como um discurso explicativo (e, portanto, legitimador) das guerras – os Estudos para a Paz assumiram-se, desde o princípio, como uma orientação normativa. No entanto, o significado e a intensidade dessa opção normativa foram extremamente disputados. Há realmente duas matrizes contrastantes nos Estudos para a Paz.

A primeira matriz pode ser sintetizada numa expressão emblemática: “ciência da paz” (Lenz, 1955). Esta perspectiva, que se afirmou como ciência normal nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60, assenta sobretudo numa compreensão patologizante dos conflitos internacionais e orienta-se por isso para uma combinação entre a polemologia (como conhecimento “empírico” sobre a realidade multidimensional das guerras) e a resolução de conflitos (como conhecimento “técnico” agregador de fórmulas de gestão e solução dessas guerras). O quantitativismo e a neutralidade valorativa foram as apostas principais desta matriz para a credibilização académica e política deste pensamento (Dunn, 2005: 81). Na verdade, polemologia e “ciência da paz” são irmãs gémeas – ambas trazem no seu código

genético o mesmo propósito de substituir a velha máxima romana “se queres a paz, prepara-te para a guerra” por um positivismo confiante em “*si tu veux la paix, connais la guerre*”, fundado na compreensão da mesma guerra como “*phénomène social ‘ordinaire*” (Bouthoul, 1939).

Nas palavras de Celestino del Arenal (1986: 24), “tradicionalmente, a indagação sobre a paz, realizada sobretudo no quadro das Relações Internacionais como disciplina científica, foi mais uma investigação sobre a guerra, o conflito e sobre a forma de o evitar do que uma investigação sobre a paz enquanto tal, como estado caracterizador das relações sociais”. Tem razão. Toda uma linha de pesquisa desenvolvida desde os anos 40 assentou nessa prioridade analítica. Dela foram pioneiros, desde logo, Quincy Wright – que, no seu seminal “A study of war”, de 1942, ensaiou uma classificação das guerras em função das suas causas – e Lewis Richardson – cujo “Statistics of Deadly Quarrells” classifica os conflitos entre Estados com base no número de vítimas e os estuda na sua duração, frequência e repetição (Dunn, 2005: 44). Esta combinação entre a centragem empírica nos conflitos e uma metodologia de análise positivista – que tinha tido em Theodor Lenz um cultor de grande prestígio – tornou-se numa aposta acolhida pela comunidade científica nos Estados Unidos, quer dando voz à responsabilidade social dos cientistas (de que o Pugwash Movement, na sequência do Manifesto de Bertrand Russell e de Albert Einstein, veio a ser a expressão mais destacada) quer integrando de forma crescente a reflexão académica (vejam-se designadamente os trabalhos desenvolvidos no Michigan Center for Research on Conflict Resolution e no Center for Advanced Study of Behavioural Sciences da Universidade de Stanford).

A criação do “Journal of Conflict Resolution” em 1955, culminou essa dinâmica de afirmação de um movimento em que pontuaram nomes como os de Harold Lasswell, Kenneth Boulding ou Anatole Rapoport. Como lembram Reid e Yanarella (1976: 316), o “Journal of Conflict Resolution” foi-se movendo paulatinamente de uma agenda inicial em que havia ainda lugar para o debate teórico para a condição de “technically-oriented, value-obscured and theoretically vacuous organ”. E essa progressiva normalização epistemológica e metodológica do Journal foi, para os autores agora referidos, parte de uma dinâmica mais vasta de “capitulação” dos Estudos para a Paz às mãos das tendências dominantes nas ciências sociais de então, em que integraram outros indicadores como a mudança da designação do centro da Universidade da Pennsylvania de Peace Research Society (International) para Peace Science Society (International) e a “quase eliminação do pluralismo metodológico e do debate político pelas figuras centrais deste campo”.

Em fundo, evidencia-se nesta abordagem o que Herman Schmid veio mais tarde a designar por “reducionismo dos conflitos”, ou seja, “uma tendência para definir os conflitos que reduz a sua frequência, a sua importância e a sua severidade, tornando-os geríveis e passíveis de controlo pelo núcleo de decisão do sistema” (1968: 224). Em última análise, escrevia ele, “o reducionismo dos conflitos é obviamente causado por uma visão negativa dos conflitos. Para a *peace research*, o conflito é algo para ser resolvido” (Ibidem: 228).

Foi, em grande medida, uma tal visão da conflitualidade que animou este arranque dos Estudos para a Paz guiado por uma busca de rigor positivista e pela ambição de ser ciência aplicada. Tratava-se, na verdade, de compreender a guerra como “fenómeno tão susceptível de ser investigado como tantos outros” e de “adquirir e codificar conhecimento suficiente para ter a capacidade de explicar a sua presença, ausência ou magnitude.” O propósito de intervenção terapêutica era evidente: “Se pudermos continuar onde Wright e os seus companheiros fundadores nos deixaram, podemos ainda construir a mais válida das ciências aplicadas que o homem alguma vez conheceu” (Singer, 1970: 540).

3. Pela mão de Galtung

A esta matriz continuista dos Estudos para a Paz opõe-se uma outra, feita quer da recusa do positivismo como código de conhecimento quer da recusa da solução pragmática de problemas como vocação. Johan Galtung é invariavelmente referido como o nome de referência desta inversão epistemológica operada na *peace research* a partir da década de setenta. E, no entanto, uma avaliação atenta da obra de Galtung assinalar-lhe-á uma indiscutível marca da ambiguidade.

Como lembrar Peter Lawler (1995: 15), “o jovem Galtung foi em grande medida um produto da comunidade da Sociologia americana dos anos cinquenta”. Desde logo, pela sua demonstração de fé num positivismo inflexível. Herdeiro em simultâneo de um funcionalismo *à la* Merton e da relação saint-simoniana de confiança entre reformismo social e ciência, o primeiro Galtung abraçou os Estudos para a Paz sobretudo na perspectiva de retirar à especulação filosófica e à razão transcendental e confiar ao “método científico” a identificação dos valores que propiciassem uma avaliação crítica do sistema internacional e da sua funcionalidade (Ibidem: 40). Foi esta fidelidade escrupulosa à suposta superioridade do empirismo positivista que afastou Galtung do pensamento tradicional

sobre a paz. Para ele, quer a disciplina de Relações Internacionais quer a alternativa da “ciência da paz” trabalhada por Lenz, Rapoport ou Richardson enfermavam de insuficiências claras a este respeito: aquela porque a hegemonia realista a afastava por definição de qualquer preocupação com a realização da paz; esta porque não repudiara a vaguidéz no conceito de paz que lhe servia de centro. Para o jovem Galtung a marca de um tal pensamento é a indolência – um pensamento apriorístico e dogmático que assume o valor definitivo de algumas máximas abstractas que a História sedimentou. Ora, em contraste com essa forma pré-científica de pensar, de matriz metafísica ou teológica, Galtung afirmou reiteradamente a necessidade de uma abordagem muito mais exigente da construção da paz, que não se cingisse ao conhecimento rigoroso do passado para dele extrair ilações de regulação epistemológica e que propiciasse antes uma exploração de alternativas futuras ao sistema existente consistente e fundada empiricamente. O que ressalta na fase inicial da sua reflexão, é pois a preocupação em afastar quer o fatalismo realista quer a limitação da ciência da paz nascente e em investir seriamente num rigoroso trabalho de fundamentação empírica da avaliação do sistema internacional concreto, no sentido de identificar consonâncias e desvios relativamente a uma realidade internacional “pura”, descontaminada de subjectividades artificialmente segmentadoras. Em síntese, a ambição distintiva dos Estudos para a Paz no início dos anos sessenta foi combinar voluntarismo ideológico e normativo com empiricismo metodológico (Krippendorff, 1973: 184; Neufeld, 1993: 167).

E, precisamente nesta perspectiva de reforço de uma ciência pura das Relações Internacionais, as elaborações de Galtung na década de sessenta, a começar pelo editorial do número fundador do “Journal of Peace Research”, definem a integração do sistema internacional como o horizonte de um conhecimento sério e rigoroso da realidade. Para essas elaborações iniciais, o estatocentrismo era afinal o resultado de um errado primado do subjectivismo sobre a objectividade que faria obscurecer a natureza e dimensão sistémicas da realidade internacional, favorecendo o fragmento em detrimento do todo. O que verdadeiramente deveria distinguir as Relações Internacionais da Ciência Política seria a sua assumpção de toda a estrutura de interacção global como objecto de estudo (Galtung, 1967a), afastando assim a escala estatal como dogma.

Foi esta opção que deu sentido ao conceito de paz positiva, avançado logo no editorial de 1964. À paz negativa, entendida como ausência de guerra e de violência física, contrapor-se-ia a paz positiva entendida como “integração da sociedade humana” (1964: 2). Antecipando o que viriam a ser cânones do nosso tempo, Galtung (1985: 145) contrapõe a

paz negativa materializada na ambição de *peace-keeping* à paz positiva concretizada no trabalho de *peace-building*, e reúne-as num mesmo horizonte de *peace-making*. Este conceito de paz positiva – muito próximo do de “provenção de conflitos”, ensaiado por John Burton (1990) – é, ele próprio, um precipitado da orientação positivista sufragada por Galtung, pois que assentaria na identificação de duas tendências empíricas globais: o desenvolvimento de uma capacidade para a identificação com os outros e a tendência para a auto-limitação no uso da força. Na raiz da noção de paz positiva está pois o horizonte da integração da humanidade, que Galtung pontua de forma muito clara: “*improved contact through exchange (...), improved understanding through studies (...) and so on to functional cooperation between groups or nations through technical and cultural cooperation or trade policies, to institutional fusion (...) till the world state is reached*” (1964: 1). O conceito de paz no jovem Galtung era assim conotado com o funcionamento de um sistema social global integrado, cabendo ao investigador para a paz o trabalho típico de um médico dedicado à preservação e melhoria da saúde desse corpo global (Lawler, 1995: 54). A função primordial do investigador para a paz seria, por isso, não a de fundar filosófica ou eticamente a obrigação de dar prioridade à paz, mas antes a de determinar o seu conteúdo com uma base empírica e explorar os meios para a sua realização” (Ibidem: 47). Aquela comparação entre a *peace research* e a medicina, que habita aliás toda a obra de Galtung – e que reforça metaforicamente a pretensão de vincar a objectividade do trabalho científico orientado para a paz, inclui, nos seus escritos iniciais, uma visão dos *peace researchers* como profissionais recrutados em meios não militantes, de modo a que se pudessem tornar em “cientistas sociais comuns ou em técnicos de tipo relativamente desideologizado” (Galtung, 1967b).

Paradoxalmente, a mesma aspiração a uma “boa teoria social”, que havia fundamentado estes traços da obra inicial de Galtung, veio a motivar duas rupturas fundamentais operadas pela obra posterior deste autor e que fizeram dos Estudos para a Paz uma das principais expressões da emergência da Teoria Crítica em Relações Internacionais. A primeira dessas rupturas ocorreu no plano metodológico e conduziu a *peace research* de um positivismo reforçado a um assumido pós-positivismo. A segunda deu-se no domínio substantivo e levou esta corrente da centragem num conceito de paz positiva orientado para a integração para uma centragem na identificação das práticas de violência estrutural ou latente.

Desde logo, o primado do empirismo, defendido por Galtung como contraponto de um subjectivismo abstracto dogmatizado, veio a ser sujeito a uma forte erosão. Esse

primado não era mais do que suporte de uma ciência canonizadora da realidade social dominante (1972: 352) – uma ciência articulada sobre a busca da previsibilidade resultante das permanências descontextualizadas e, como tal, perpetuadora do status quo. “Ao excluir o discurso normativo, a ciência empiricista tinha-se transformado de crítica da razão dogmática em sua instância” (Lawler, 1995: 116). Fiel ao seu propósito de resgatar a ciência na análise do sistema internacional, Galtung incorporou gradualmente a exigência de uma prática científica que não abdicasse de moldar o futuro. Foi, em grande medida, essa noção de que a ciência positivista se perfilava como discurso do presente eterno (Galtung, 1972: 350) e que mais ciência significaria assumi-la como guia da realização de um futuro preferível (Alger, 1996: 2) que norteou a viragem metodológica da *peace research* liderada por Galtung a partir da década de setenta. Uma ciência que potencie a busca de uma outra realidade, e não já uma ciência que dê a conhecer a realidade que está, passou a ser o seu horizonte de trabalho. No centro deste distanciamento progressivo face aos cânones positivistas esteve, pois, o estatuto dos dados empíricos. A validação exclusiva das proposições teóricas pelo seu confronto com os dados teve como reverso a exclusão da sua validação por confronto com valores que impusessem um futuro alternativo. Foi neste contexto que emergiu a sua proposta de uma ciência trilateral, que procurou acima de tudo trazer os valores para o mesmo plano de importância epistemológica dos dados e das teorias. À aparência de cedência ao pensamento pré-científico, Galtung respondeu com uma denúncia: a ortodoxia empiricista sempre escondeu uma agenda valorativa mas revelou-se epistemologicamente incapaz de o reconhecer; tratar-se-ia agora de assumir explicitamente essa condição, dando estatuto epistemológico a uma ciência axiológica a par de uma ciência empiricamente edificada. A nova triangulação do trabalho científico seria pois entre empiricismo – avaliando as teorias pela sua consonância com os dados – criticismo – avaliando a consonância da realidade empírica com os valores – e construtivismo – avaliando as proposições teóricas pela sua consonância com esses mesmos valores-guia. Em cada um destes registos vai envolvida uma temporalidade diferente: o empiricismo lida sobretudo com os problemas do passado, o criticismo com os problemas do presente e o construtivismo com ensaios de futuro. Mais se sublinha, assim, a centralidade conferida pela investigação para a paz, a partir de então, à criação de novos valores, de novas teorias e de uma nova realidade, tendendo para uma coincidência entre o observado, o previsto e o preferível (Ibidem: 361; 1985: 153).

Esta ruptura metodológica exprimiu, portanto, um profundo e disseminado descontentamento com uma teoria social dominante que se havia tornado numa ortodoxia

tecnocrática de legitimação do status quo. Foi no bojo da procura de um discurso alternativo, assumidamente “value-committed” e não aparentemente “value-neutral”, que se inscreveu a ruptura substantiva operada nos Estudos para a Paz a partir da década de setenta. No centro dessa ruptura está o conceito de violência estrutural. Galtung sintetizou-o como limitação das potencialidades de realização humana provocada por relações de poder, de desigualdade ou de opressão (Galtung, 1969: 171) e, com isso, ampliou e radicalizou muito significativamente a agenda da *peace research* (Terriff, 1999: 72). Houve algo de tático nesta abertura conceptual. O próprio Galtung havia reconhecido que os Estudos para a Paz estruturados em torno da paz negativa “tornar-se-ão (...) facilmente em investigação sobre as condições de manutenção do poder, de cristalização do status quo, sobre a manipulação do dominado para que este não pegue em armas contra o dominador” (1967b: 2). Ora, como vimos, a isso o mesmo Galtung havia contraposto um conceito de paz positiva materializado num ideal de integração do sistema internacional. A vaguides política desta alternativa alimentou críticas implacáveis. Assim, Herman Schmid (1968: 221) pôde escrever que “a *peace research* adoptou uma perspectiva do sistema e uma orientação valorativa idênticas às das instituições internacionais existentes e muito próximas das dos países ricos e poderosos”. Para ele, a noção galtunguiana de paz positiva não era mais do que um guarda-chuva que abrigava consensos politicamente equívocos. Acima de tudo, o entendimento dos investigadores para a paz como especialistas neutros identificados com os “interesses do mundo” indiferenciados (a integração como horizonte), numa posição de simetria relativamente às partes num conflito, devia ser percebido como uma expressão de uma ortodoxia tecnocrática politicamente orientada sem o assumir explicitamente (Ibidem: 229). Por isso, Schmid reclamava dos investigadores para a paz um desempenho totalmente distinto, centrado sobre a revelação das violências latentes e, para isso, disponível para encorajar a polarização social (Ibidem: 227). Também Lars Dencik advertia contra a transformação dos Estudos para a Paz numa tecnologia de controlo e de pacificação animada por uma idealizada harmonia de interesses últimos entre os conflitantes, que mais não era do que uma “fixação ideológica liberal” (1970: 79) à qual importava contrapor uma perspectiva objectiva que desse visibilidade ao que ele apelidava de “violência estrutural silenciosa” (Ibidem: 82). E Stohl e Chamberlain (1972: 525) viam a investigação para a paz então dominante guiada por um *piecemeal approach* que assumia o conflito como um absoluto, desligado das causas estruturais, sendo tarefa dos Estudos para a Paz aliviar a violência através da pacificação imediata dos antagonistas e não a actuação na reformulação do sistema que havia originado as pretensões conflitantes.

A centralidade que o conceito de violência estrutural passou a ocupar na obra de Johan Galtung – e, através dela, na agenda dos Estudos para a Paz – foi uma resposta à pujança destas críticas. Definindo a violência de um modo extremamente amplo – como distância artificialmente provocada entre as realizações e as potencialidades humanas (1969: 168) – Galtung fez assentar a violência estrutural na distinção básica entre violência pessoal e directa, de um lado, e violência estrutural e indirecta, do outro, e identifica esta com a injustiça social, ou seja, com a distribuição desigual dos recursos e do poder de decidir sobre a distribuição dos recursos (Ibidem: 171). Noutro passo, identificará as estruturas de violência como “contextos em que indivíduos podem causar imenso dano a outros seres humanos sem nunca terem pretendido fazê-lo, desempenhando somente os seus deveres normais como função definida pela estrutura”. Em qualquer dos casos, “[v]iolência é violência (...), independentemente do modo como é exercida: depressa ou devagar, de modo intencional ou não” (Ibidem: 146).

De então em diante, a inicialmente vaga noção de paz positiva ganhou contornos mais nítidos, ao passar a ser sinónimo de ausência de violência estrutural e não só física. Nas palavras do próprio Galtung,

“a paz concebida desta forma diz respeito não apenas ao controlo e à redução do uso aberto da violência mas ao (...) desenvolvimento vertical. E isto significa que a teoria da paz está em íntima conexão não só com a teoria dos conflitos mas também com a teoria do desenvolvimento. E a investigação para a paz, definida como investigação das condições – passadas, presentes e futuras – da realização da paz, terá também uma relação muito próxima com a investigação sobre os conflitos e a investigação sobre o desenvolvimento; aquela normalmente mais relevante para a paz negativa e esta mais relevante para a paz positiva (...)” (Ibidem: 183).

Em “*A structural theory of imperialism*”, publicado em 1971, Galtung deu um passo decisivo na concretização da equivalência entre paz positiva e fim da violência estrutural, trazendo-a para o plano de análise do sistema internacional. Na verdade, a teoria estrutural do imperialismo é “uma teoria de libertação da violência estrutural”, preocupada fundamentalmente em conceber, explicar e afrontar a desigualdade, sobretudo entre o centro do Centro e a periferia da Periferia, como forma fundamental de violência estrutural (1971: 81). O que mais sobressai nesse texto é a rejeição simultânea quer da matriz economicista da construção marxista-leninista do imperialismo, quer da matriz politicista

perfilhada pela tradição geopolítica realista, quer ainda da falácia liberal da interdependência. O imperialismo é antes perspectivado como resultado da actuação simultânea de dois mecanismos: a relação de interacção vertical entre centros e periferias e a estrutura de interacção feudal (Ibidem: 85) – e a sua condição de expressão da violência estrutural à escala mundial é clara: “Só um imperialismo imperfeito e amador necessita de armas; o imperialismo profissional baseia-se na violência estrutural e não na violência directa” (Ibidem: 91). Assim, um horizonte alternativo assenta em duas dinâmicas complementares: uma maior horizontalização da relação entre centro e periferia e uma desfeudalização da estrutura geral de relacionamento internacional. A paz positiva, enquanto eliminação da violência estrutural, envolve essas duas exigências. Os Estudos para a Paz são portanto, por definição, activamente anti-imperialistas.

O cisma na grande igreja dos Estudos para a Paz estava definitivamente instalado e ele pôs, pois, frente a frente, a “ciência” e a “ideologia”, nos termos do nome de referência da escola americana Kenneth Boulding (1978: 345), ou “a investigação para a pacificação” e “uma investigação de tipo emancipatório”, ou ainda “a investigação liberal para a paz” e a “investigação crítica para a paz” (Wiberg, 2005: 24). Considerando a ciência normativa como “uma ocupação perigosa” (1977: 77), Boulding qualifica a paz positiva e a violência estrutural como “metáforas mais do que modelos” (Ibidem: 83) cuja transformação em categoria analítica é, em seu entender, profundamente errada. E, na sequência deste juízo negativo, procede a uma arrumação das diferentes correntes da *peace research* em três grandes grupos: os evolucionistas (em que se inclui a si próprio), os estruturalistas (em que inclui Galtung) e os dialécticos (como Schmid), sendo que estes dois – os “rebeldes europeus” ou “radicais”, nas palavras de Terriff (1999: 71) – se associam num distanciamento do padrão de trabalho verdadeiramente científico para se envolverem numa construção ideológica que não tem finalidades de produzir conhecimento mas sim de intervir politicamente. E se o distanciamento face ao estruturalismo de Galtung se traduziu na acusação de que ele conduziria a uma diluição da especificidade da investigação para a paz na “ambição de estudar virtualmente todos os problemas sociais” (1970a 11) – o que levou Lawler a ver nessa dinâmica de inclusão infinita o risco de converter a *peace research* num “buraco negro intelectual” (1995: 145) e Dunn a advertir que “os cínicos podem argumentar que a investigação para a paz parece ser um novo refúgio para aquelas boas pessoas que habitualmente apoiam as boas causas (isto é, as causas perdidas)” (1978: 257) – já quanto ao suposto “bloco radical” o anátema de Boulding não podia ser mais claro: “a investigação para a paz radical é um drástico retrocesso para um quadro de referência que ficou

desacreditado há pelo menos uma geração” (1970b: 9). De algum modo, o sentido desta crítica haveria de ser condensado na ironia de Agrell (1988: 96), ao referir-se ao “risco para o investigador de se tornar mais um político que um cientista”, se interroga se o papel da investigação para a paz deve afinal ser o de ser a Rand Corporation dos bons...

Radicalização e ampliação do campo da investigação para a paz foram pois as marcas deste tempo. Essa ampliação haveria, aliás, de ser acrescida, já em 1990, pela inclusão da violência cultural no mapa galtunguiano das violências. Essa terceira dimensão das violências refere-se a qualquer aspecto da esfera simbólica da existência – da religião à arte, da linguagem à ideologia – usado para legitimar socialmente a violência directa ou a violência estrutural. A violência cultural, actuando através de mecanismos de interiorização, faz com que as violências directa e estrutural pareçam correctas ou que, pelo menos, não pareçam erradas. (1990: 261). E a esta ampliação substantiva corresponde uma diversificação das temporalidades das violências: “a violência directa é um facto, a violência estrutural é um processo e a violência cultural é uma invariância, uma permanência (...)” (Ibidem: 294). O “triângulo da violência” foi a imagem encontrada por Galtung para representar os relacionamentos entre os três tipos de violência. E, embora identifique fluxos de causalidade em todos os lados do triângulo, há uma leitura privilegiada que parte da violência cultural, passando pela estrutural e se materializa na directa (Pureza e Moura, 2005: 48)

4. O triunfo político dos Estudos para a Paz?

A enorme tempestade epistemológica da década de setenta amainou nos anos seguintes. Do ponto de vista metodológico, a estabilização da ciência normal processou-se sem sobressaltos. O quantitativismo crescente do *Journal of Conflict Resolution*, dando expressão às teorias dos jogos ou a sofisticadas modelizações matemáticas, foi acompanhado por uma assinalável escassez de estudos com fundamentos epistemológicos e ontológicos inovadores, quer no *Journal of Peace Research* quer na literatura em geral. Os termos cáusticos de Galtung a este propósito são sintomáticos: “Esqueçamos o Journal of Peace Research. Ele traiu toda a ideia da investigação para a paz. Para mim, o Journal of Peace Research é só mais uma revista americana de relações internacionais” (cit. in Jutila et al., 2008: 628). A institucionalização da *peace research* exigiu a canonização de uma agenda de

investigação e de um discurso que fossem “politicamente seguros e que não colocassem ameaças potenciais ao sistema existente” (Stohl e Chamberlain, 1972: 526).

No plano substantivo, os constrangimentos da guerra fria – em especial a intensidade inédita do potencial de destruição atingido pelas duas super-potências, expressa nas doutrinas da “second-strike capability” – foram determinantes para essa normalização. A agenda dos Estudos para a Paz acompanhou a conseqüente recentragem da agenda internacional e do movimento pacifista internacional sobre a corrida armamentista e o desarmamento. A temática privilegiada na produção teórica foi sintomática dessa recentragem: equilíbrio do terror e dissuasão (Weede, 1983; Tunander, 1989), modelos de análise das dinâmicas de armamento e desarmamento (Smith, 1980; Intriligator e Brito, 1984), efectividade das sanções económicas (Lawson, 1983; Tsebelis, 1990) passaram a ser os tópicos principais. Eles exprimem uma reaproximação dos *peace studies* à agenda dos países do Centro do sistema-mundo, e essa reconquista de hegemonia pelo Centro tem um outro lado: a instalação progressiva de uma tendência crescente para os Estudos para a Paz abordarem a realidade dos países periféricos como o mundo dos golpes de estado, do caos e do desvio à normalidade (Krippendorff, 1974; Stauffer, 1974; Wolpin, 1978; Hettne, 1980).

Ora, a resposta dos Estudos para a Paz ao fim da guerra fria e à acusação de redundância ou de dispensabilidade de que foram alvo face ao novo contexto (Terriff, 1999: 78) veio a ser precisamente uma nova reorientação, simétrica da anterior, assumindo de novo a periferia como foco principal de atenção. O dado principal desta nova fase da *peace research* é a recepção do seu discurso transformador anterior (violência estrutural, paz positiva, etc.) nas actuais políticas oficiais de dominação do Centro sobre a Periferia. Esta reconversão da agenda dos Estudos para a Paz pode ser analisada como um processo em dois tempos. O primeiro é o da constituição de uma narrativa radicalizada sobre a condição periférica. A importância conceptual e política conferida às “novas guerras” teorizadas, entre outros, por Mary Kaldor (1999) e ao mundo perigoso dos “Estados falhados” anunciado por Zartman (1995) alimenta uma representação da periferia como lugar de ameaça e de caos, em que a ingovernabilidade (invariavelmente atribuída a causas internas) e o alegado anacronismo das motivações das suas guerras (justificadas por razões de natureza pré-moderna: as identidades, as religiões, ...) transformam, mais do que nunca, as *borderlands* em lugar de missão civilizadora dos países do centro do sistema (Paris, 2002). A internalização das causas legitima a externalização das terapêuticas. E aí mesmo ancora o

essencial do segundo tempo: a canonização da paz liberal como resposta única para a conversão das periferias turbulentas.

O ideário da paz liberal – radicado na convicção kantiana de que a natureza republicana da constituição civil de cada Estado constituiria uma condição essencial para a paz – ganhou novo alento no quadro das teses do fim da História, passando a assumir-se como uma das grandes narrativas, senão mesmo *a* grande narrativa, do nosso tempo para a organização social e económica. A sua proclamação como verdade apodíctica legitimou a imbricação, gradualmente mais acentuada ao longo deste tempo de pós-guerra fria, entre governação nacional e condicionalidades estabelecidas pelos diferentes poderes reguladores internacionais. A paz liberal é, pois, uma paz construída por formas várias de intervenção internacional condicionadora. É certo que se trata de um projecto compósito, em que convergem dinâmicas de paz muito diversas, desde a paz da vitória militar à paz institucional que garante a governação, passando pela paz constitucional assente na democracia e na liberdade económica e pela paz civil fundada no respeito dos direitos e liberdades individuais (Richmond, 2007 e 2008; Heathershaw, 2008).

Recorde-se que foi exactamente nessa lógica de agregação de diferentes pazes que Boutros Ghali pensou, na Agenda para a Paz, de 1992, a principal expressão de refrescamento do mandato das Nações Unidas determinada pelo novo clima internacional do pós-guerra fria: o trabalho de *peace building*, e já não apenas de *peace enforcing* ou de *peace keeping*, retomando, logo aqui, a construção galtunguiana anteriormente enunciada. Ora, esta resposta a uma periferia feita de Estados falhados e de guerras de barbárie não é mais do que “uma experimentação que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e económica para Estados dilacerados pela guerra como forma de controlo dos conflitos civis: por outras palavras, é a pacificação pela liberalização política e económica” (Paris, 1997: 55). Nas palavras de Richmond (2007: 67), esta paz construída de fora para dentro “é uma forma de hegemonia, importada pela via de intervenções coercivas ou construída através de intervenções ou engenharias sociais, políticas e económicas”.

O figurino desse intervencionismo tem mudado, é certo. A hegemonia da paz liberal como projecto de governação global já não pode ser identificada na actualidade com a ortodoxia neo-liberal da década de oitenta. As pressões emergentes no final do século XX no sentido da inclusão de novas exigências – do comércio justo ao cumprimento dos Objectivos do Milénio ou às estratégias de redução da pobreza – na agenda das políticas de cooperação dos países do Centro assinalaram o fim da versão *hard* do programa da paz

liberal. Sucedeu-lhe um programa revisionista (Pugh, 2005: 32) – de que o relatório independente “A more secure world: our responsibility” (2004) e o subsequente documento do Secretário-Geral das Nações Unidas “In larger freedom” (2005) foram suportes essenciais – que deu continuidade, noutros termos, ao essencial da lógica da paz liberal: a insistência na implantação de formas de regulação padronizadas, tomadas como avesso da “bad governance” das elites endemicamente corruptas das periferias, a insistência na despolitização da economia e na dogmatização do racionalismo capitalista como fórmula única, e a insistência na compreensão do desenvolvimento como convergência com um padrão liberal adoptado pelo Centro e, mais que tudo, a insistência na representação das periferias como sofrendo de incapacidades patológicas só superáveis por formas de governação terapêutica exogenamente determinadas (Pugh, 2005: 33-34) são os seus traços mais marcantes.

Não obstante a sua variação no tempo, este intervencionismo da paz liberal tem assumido um horizonte persistente: a moldagem universal das governações nacionais por parâmetros de democracia liberal e de economia de mercado. Ele é, no entanto, subtil. A despolitização dos seus conteúdos é uma outra das suas marcas. *State building, nation building, capacity building, institutional building* são assumidos como meros dispositivos técnicos (Bickerton, 2007: 99), ou não se tivesse transformado a própria soberania dos chamados Estados falhados num conceito divisível e susceptível de titularidades diferenciadas para as suas diferentes componentes (Krasner, 2005) – a soberania formal para o Estado territorial e a soberania real para parcerias público-privadas internacionais (entre Estados, agências inter-governamentais e organizações não-governamentais). A internacionalização da governação das periferias não se prolonga na reivindicação da sua autoria nem das responsabilidades inerentes pelo Centro. “Parcerias”, “estratégias *country-owned*”, “incremento do *local empowerment*”, eis o vocabulário que dá conta de que, sendo muito mais invasivas do que as dos velhos impérios do século XIX, as práticas de governação global conduzidas actualmente pelo Centro do sistema repudiam retórica e politicamente a densidade de um verdadeiro império – o que leva Chandler a apelidar esta nova forma de governação global de “império em negação”: “[o] império está em negação não porque não esteja a regular suficientemente (de facto, há muito mais controlo regulatório associado à ajuda, ao comércio e às relações institucionais do que antes) mas porque o poder político das elites que decidem procura revestir-se de formas não-políticas, terapêuticas ou puramente técnicas, administrativas e burocráticas” (2007: 11).

A paz liberal, como entendimento hegemónico da paz no pós-Guerra Fria, não assume a coerção típica do imperialismo tradicional como seu instrumento privilegiado. A sua força reside antes na insinuação de um campo normativo consensual que alimenta uma biopolítica cujas tecnologias delimitam e ordenam os sujeitos dominados por práticas discursivas e por redes de conhecimento e significado. “Onde o internacionalismo liberal antes aspirava a um ideal de governo mundial, a actual governação global liberal passou a dar primazia à administração das populações através da implementação de técnicas biopolíticas de poder” (Dillon e Reid, 2001: 46).

Sob esta óptica, a paz liberal pretende ser o inverso do sub-desenvolvimento e dos riscos conflituais dele resultantes. Devemos a Mark Duffield uma análise sofisticada do desenvolvimento como tecnologia biopolítica implementada no quadro da instalação de mecanismos de governação nacional liberal e das condicionalidades que a garantem: “O desenvolvimento é um princípio de formação e uma tecnologia de segurança que invoca constantemente a sua razão de existir, isto é, o sub-desenvolvimento. (...) [o]s constantes desastres humanitários, a diminuição das oportunidades de vida e as divergências sobre elas, que materializam uma crise permanente, raramente são perspectivados como expressão da finitude da auto-reprodução. Ao invés, para os funcionários do humanitarismo e do desenvolvimento, isso ocorre porque a vida humana sub-desenvolvida não é socialmente empresarializada nem, portanto, auto-suficiente o bastante. Por outras palavras, trata-se de uma vida a quem ainda tem que ser ensinado como garantir a sua sustentabilidade” (2005: 256). É nessa natureza infinitamente intervencionista do desenvolvimento que Duffield (2002: 1053) faz assentar as suas potencialidades únicas para dar resposta àquilo a que chama a “guerra civil global”, travada não por exércitos mas entre a vida segura e a vida não segura, isto é, entre populações apoiadas por regimes de protecção social e aquelas outras que se condena a dependerem apenas de si próprias (2008). E é essa resposta que passa cada vez mais por novas formas internacionalizadas de governação que abriram as periferias “a uma fiscalização, intervenção e regulação das metrópoles sem precedentes desde o período colonial, numa tentativa de controlar a instabilidade e a resistência geradas pelas falhas do mercado”.

O programa de paz positiva, tão querido à radicalidade originária dos Estudos para a Paz, acaba, no nosso tempo, por legitimar os exercícios de engenharia social e política desenhados pela nebulosa da governação global liberal (Cox, 2005), que combinam o esvaziamento das soberanias locais com a adopção padronizada, em escala mundial, de modelos de organização social, económica e política como suposta condição da paz

(Pureza e Cravo, 2005: 12). E, nessa mudança, foi o próprio conceito de paz que mudou, passando de condição vivida num certo território para processo contínuo de transformação induzida por intervenções externas. Como escreve Heathershaw (2008: 597), “a move from peace to peacebuilding”... Rendidos a uma perspectiva pragmática de solução de problemas, os Estudos para a Paz tornaram-se assim em conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento.

5. Resgatar a turbulência

Não partilho a opinião de Jutila e tal. (2008) de que a *peace research* é um cadáver que importa ressuscitar, se a expressão pretender significar um corpo teórico que se tornou irrelevante na orientação das políticas de governação global. Sim, é certo que os Estudos para a Paz se fazem hoje como ciência normal. Mas isto não equivale a uma abdicação dos intuítos transformadores, quer do ponto de vista epistemológico quer do ponto de vista da relevância política prática, que animaram a corrente na ruptura dos anos setenta. Pelo que fica atrás exposto, o meu entendimento é o de que a ciência normal, nos Estudos para a Paz, neste início do século XXI, é uma combinação de falta de contaminação pelos grandes movimentos que animam o debate teórico em Relações Internacionais ou em Estudos sobre a Segurança e de uma auto-reflexividade tranquilizadora e triunfalista da linha dominante desta área face à cooptação do seu universo conceptual pelo projecto de paz liberal, entretanto transformado em gramática do poder em escala mundial – “the liberal peace is the foil by which the world is now judged”, escreve Richmond (2008: 449).

Como sempre, a ciência normal serve a dominação. Esse diagnóstico foi feito por Galtung e pelos seus seguidores no início dos anos sessenta e motivou, como vimos, importantes rupturas epistemológicas nos estudos sobre a paz então desenvolvidos. Estamos hoje em condições idênticas às então experimentadas. Agora como então, as construções teóricas radicais sobre a paz constituem formas de conhecimento subjugado (Skelly, 2002: 58). Resgatar o potencial crítico dos Estudos para a Paz é, por isso, uma imposição de fidelidade desta área aos seus propósitos fundadores diante da persistência e sofisticação de mecanismos de poder profundo, que alimentam violências mais ou menos naturalizadas e que importa combater em nome de uma paz do quotidiano e da empatia

como horizonte das vidas concretas (Richmond, 2008: 441). É pois duplo o desafio da teoria crítica aos Estudos para a Paz neste tempo: por um lado, o do desenvolvimento de uma ontologia e de uma metodologia emancipadoras; por outro, o de assumir seriamente a actividade política prática como integrante do trabalho neste domínio (Pätomaki, 2001: 734).

Sugiro em seguida três dinâmicas de mudança que antecipam esse resgate.

A primeira é relativa ao horizonte político com que os Estudos para a Paz se comprometem. É a dinâmica que nos conduzirá do presente colonial ao futuro recíproco. Esse horizonte político impõe como prioridade aos Estudos para a Paz o reforço e a radicalização do estudo das violências para lá da violência directa, ou seja das violências estruturais e das violências culturais. No campo das violências estruturais, essa radicalização emancipatória determina colocar no centro da análise aquela que é hoje porventura a mais complexa e mais dura dessas violências: a precariedade das vidas. Não apenas a que se expressa na vulnerabilização dos regimes jurídicos laborais, mas também a que se traduz na criminalização das migrações ou a que, em escala mais ampla, se manifesta na perda de densidade da auto-determinação como referência central da autonomia. Estas são violências de colonialidade, porque assentam, todas elas na negação da autonomia do outro. A paz estrutural que se lhes contrapõe é a que densifica a reciprocidade de prestações e de poder, pressupondo portanto a autonomia de decisão como valor supremo. No plano das violências culturais, o resgate do sentido emancipatório dos Estudos para a Paz passa por perceber a colonialidade como a expressão do absolutismo filosófico e cultural. Para Joaquin Herrera (2007: 58), “[o]s olhares absolutistas (...) apresentam-se como se fossem o natural e o racional, entendendo ambos os termos como algo prévio a toda a forma de praxis e de acção social.” Por isso, para ele, são três as condições que definem esse olhar: primeira, a crença em universalismos abstractos; segunda, a crença numa realidade absolutamente objectiva; e terceira, a crença na existência de um fundamento último de toda a prática social. A descolonização radical dos Estudos para a Paz e a construção de uma paz cultural arrancam do desarmamento cultural, como lhe chamou Panikkar (1995), o que supõe a crítica do absolutismo colonizador e a densificação alternativa de um modo de pensar que “afirma unicamente a existência de verdades parciais que permitem orientar a busca de coerência entre os nossos desejos, crenças e acções” (Ibidem).

A segunda dinâmica de mudança diz respeito à amplitude do objecto dos Estudos para a Paz. É a dinâmica que nos conduzirá das dicotomias aos continuuns. O conhecimento dominante tem estado refém de um modo de ver dicotómico. “Guerra e

paz” poderia ser a sua síntese. Ora, a própria trajetória do conceito de guerra mostra como sempre foram existindo zonas de indefinição – “nem guerra nem paz” – que, por serem insusceptíveis de encaixar dentro da categorização dicotômica rígida, foram sendo remetidas para uma espécie de gaveta de diversos, com terminologias como “guerras de baixa intensidade”, “guerras irregulares”, etc. A verdade é que há guerra a mais nas situações de paz formal. O resgate do potencial transformador dos Estudos para a Paz passa, hoje e cada vez mais, pela abertura da sua agenda às “novíssimas guerras” do quotidiano, do espaço doméstico ao espaço urbano e deste aos espaços mais amplos, numa lógica de articulação em continuum ou em espiral impossível de quebrar analiticamente (Cook-Huffman, 2002: 42) e, por isso, determinando um colapso de quaisquer escalas exclusivas de análise. Importa que os Estudos para a Paz reconheçam que se desenvolvem nesses diferentes territórios formas de conflitualidade com actores, condutas e objectivos que são simultaneamente comuns e distintos dos das novas guerras e das guerras vestefalianas. (Pureza e Moura, 2005: 57). Aliás, se necessário fosse, aí está o pensamento feminista a evidenciar que a guerra não é um facto social isolado mas antes algo que impregna, como sistema cultural, o nosso quotidiano. A isso mesmo se refere, por exemplo, Betty Reardon (1985: 10), ao identificar o patriarcado como “sistema de guerra”, isto é, como uma ordem social competitiva, baseada em princípios autoritários, que pressupõe um valor desigual entre seres humanos, que é colocada em prática através da coerção, que institucionaliza a dominação masculina em estruturas verticais e que é legitimada pela cultura. É todo este lastro de guerra que está trivializada no quotidiano que é preciso escavar e trazer à luz numa óptica renovada dos Estudos para a Paz. Só assim se incluirão “as vozes e experiências que foram historicamente excluídas ou ocultadas nas teorizações dominantes e universais da violência e da paz” (Cook-Huffman, 2002: 43).

Por fim, a terceira dinâmica de mudança é a que arranca do desafio epistemológico e ontológico que a crítica da ortodoxia racionalista em Relações Internacionais lança aos Estudos para a Paz. A consideração de que a paz é uma aspiração dificilmente realizável – por força da natureza humana ou da anarquia endémica do sistema internacional, para os realistas; por força da fragilidade das instituições, para os liberais – resulta, para as duas variantes da ortodoxia, na defesa de uma paz única e universal, um discurso sobre e para a paz. Essa unicidade discursiva é o grande alvo de distanciamento teórico quer de quem vê aí défices quer de quem vê aí excessos. O olhar da teoria crítica sobre o discurso da paz da tradição liberal-realista identifica nele graves défices: a sua epistemologia negativa da paz (Rasmussen, 2003) é acima de tudo uma desistência de ambicionar a uma paz que

emancipe, começando, desde logo, pela emancipação da própria paz dos constrangimentos de uma representação vestefaliana da realidade internacional, demasiadamente presa ao imperativo da soberania territorial (Richmond, 2008: 452). Todavia, essa pretensão de encontrar *uma* teoria alternativa pode tornar-se, ela própria, em fonte de uma outra imposição hegemónica, ancorada em meta-narrativas que mitificam ou naturalizam a agenda dos poderosos de sempre. Não é pois de uma teoria alternativa que se trata mas de uma multiplicidade de abordagens que desvelem todas as violências caladas pelos consensos conceptuais. Resgatar o potencial emancipador dos Estudos para a Paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimediano imposto como suposta objectividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias da violência com a sinalização de violências a ter em conta e de violências negligenciáveis. A focagem no quotidiano pessoal e as desconstruções pós-coloniais e feministas abrem campos imensos de agendamento de guerras e de pazes que a vertigem normalizadora roubou, até hoje, à tarefa transformadora que os Estudos para a Paz vieram enunciar.

Referências

- Agrell, W. (1988), “Peace Research as the Good Guys' Rand Corporation?” *Journal of Peace Research*, 25 (1), 95-96
- Alger, C. (1996), “Reflections on peace research traditions”, *The International Journal of Peace Studies*, 1 (1), 1-3
- Arenal, C. (1986), “La investigación para la paz”, *Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz*
- Ashley, R. (1986), “The poverty of neorealism”, in R. Keohane (ed.), *Neorealism and its critics*. Nova Iorque, Columbia University Press, 255-300
- Ashley, R. (1988), “Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique”, *Millenium – Journal of International Studies*, 17 (2), 227-262
- Bickerton, C. et al. (2007), *Politics without sovereignty. A critique of contemporary international relations*. Oxon: University College London Press
- Boulding, K. (1970a), “Limits or boundaries of peace research”, *Proceedings of the International Peace Research Association Third General Conference*, vol. I. Assen: Van Gorcum
- Boulding, K. (1970b), “The philosophy of peace research”, *Proceedings of the International Peace Research Association Third General Conference*, vol. I. Assen: Van Gorcum
- Boulding, K. (1977), “Twelve friendly quarrels with Johan Galtung”, *Journal of Peace Research*, 14 (1), 75-86
- Boulding, K. (1978), “Future directions in conflict and peace studies”, *Journal of Conflict Resolution*, 22 (2), 342-354
- Bouthoul, G. (1939), “Sur la fonction presuée et la periodicit  des guerres”, *Revue des Sciences  conomiques*
- Burton, J. (1990), *Conflict: Resolution and Provention*. Nova Iorque: St Martins Press
- Cook-Huffman, C. (2002), “Paths for peace studies”, *Peace Review*, 14 (1), 41-47
- Cox, R. (1986), “Social forces, states and world orders. Beyond International Relations theory”, em R. Keohane (org.), *Neorealism and its critics*. Nova Iorque, Columbia University Press, 204-254
- Cox, R. (1992), “Towards a post-hegemonic conceptualization of world order: reflections on the relevance of Ibn Khaldun”, em J. Rosenau e E. O. Czempiel (orgs.), *Governance without government: order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press

- Cox, R. (2005), "Global Perestroika," in R. Wilkinson (org.) *The global governance reader*. Londres: Routledge
- Cravinho, J. G. (2002), *Visões do mundo. As relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Dencik, L. (1970), "Peace research: pacification or revolution? Notes on an intra-peace research conflict", *International Peace Research Association Proceedings, 3rd General Conference, vol 1*. Assen: Van Gorcum
- Dillon, M. e Reid, J. (2001), "Global liberal governance: biopolitics, security and war", *Millenium – Journal of International Studies*, 30 (1), 41-66
- Duffield, M. (2002), "Social reconstruction and the radicalization of development: aid as a relation of global liberal governance", *Development and Change*, 33 (5), 1049-1071
- Duffield, M. (2005), "Getting savages to fight barbarians: development, security and the colonial present", *Conflict, Security & Development*, 5(2), 141-159
- Duffield, M. (2008), "Global Civil War: The Non-Insured, International Containment and Post-Interventionary Society", *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 145-165
- Dunn, D. (1978), "Peace research", em T. Taylor (org.), *Approaches and theory in International Relations*. Londres: Longman
- Dunn, D. (2005), *The first fifty years of Peace Research. A survey and interpretation*. Aldershot: Ashgate
- Galtung, J. (1964), "An editorial", *Journal of Peace Research*, 1 (1), 1-4
- Galtung, J. (1967a), "A structural theory of integration", em J. Galtung (1975), *Peace, research, education, action*. Copenhaga: Christian Ejlers
- Galtung, J. (1967b), "Peace Research: science or politics in disguise?", em J. Galtung (1975), *Peace, research, education, action*. Copenhaga: Christian Ejlers
- Galtung, J. (1969), "Violence, peace and peace research", *Journal of Peace Research*, 6 (3), 167-191
- Galtung, J. (1971), "A structural theory of imperialism", *Journal of Peace Research*, 8 (2), 81-117
- Galtung, J. (1972), "Empiricism, criticism, constructivism: three approaches to scientific activity", *Synthese*, 24, 343-372
- Galtung, J. (1985), "Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses", *Journal of Peace Research*, 22 (2), 141-158
- Gill, S. (org.) (2007), *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

Grieco, J. (1993), "Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism", em D. Baldwin (org.), *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. Nova Iorque: Columbia University Press

Guzzini, S. (1998), *Realism in international relations and international political economy: the continuing story of a death foretold*. Londres: Routledge

Heathershaw, J. (2008), "Unpacking the liberal peace: the dividing and merging of peacebuilding discourses", *Millenium – Journal of International Studies*, 36 (3), 597-621

Herrera, J. (2007), *O nome do riso. Breve tratado sobre arte e dignidade*. Florianópolis: Bernúncia Editora

Hettne, B. (1980), "Soldiers and Politics: The Case of Ghana", *Journal of Peace Research*, 17 (2), 173-193

Hoffman, M. (1987), "Critical theory and the interparadigmatic debate", *Millenium – Journal of International Relations*, 16 (2), 231-249

Holsti, K. (1985), *The dividing discipline: hegemony and diversity in international theory*. Londres: Allen & Unwin

Intriligator, M. e Brito D. (1984), "Can arms races lead to the outbreak of war?", *Journal of Conflict Resolution*, 28 (1), 63-84

Jervis, R. (1999), "Realism, neoliberalism, and cooperation: understanding the debate", *International Security*, 24 (1), 42-63

Jutila, M. et al. (2008), "Ressuscitating a discipline: an agenda for critical peace research", *Journal of Peace Research*, 36 (3), 623-640

Kaldor, M. (1999), *New and old wars. Organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press

Krasner, S. (2005), "Sharing sovereignty: new institutions for collapsed and failing states", *International Security*, 29 (2), 85-120

Krippendorff, E. (1973), "Peace research and the industrial revolution", *Journal of Peace Research*, 10 (3), 184- 201

Krippendorff, E. (1974), "Chile, Violence, and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 11 (2), 95-103

Lapid, Y. (1989), "The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era", *International Studies Quarterly*, 33 (1), 235-254

Lawler, P. (1995), *A question of values. Johan Galtung's peace research*. Boulder: Lynne Rienner

Lawson, F. (1983), "Using positive sanctions to end international conflicts: Iran and the Arab Gulf countries", *Journal of Peace Research*, 20 (4), 311-328

Lenz, J. (1955), *Towards a science of peace*. Nova Iorque: Bookman Associates

- Linklater, A. (1996), "The achievements of critical theory", em S. Smith et al (orgs.), *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press
- Maghroori, R. e Ramberg, B. (1982), *Globalism versus realism: International Relations' third debate*. Boulder: Westview Press
- McSweeney, B. (1998). *Security, identity and interests: a sociology of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press
- Neufeld, B. (1993), "The marginalization of peace research in international relations", *Millenium – Journal of International Studies*, 22 (2), 165-184
- Neufeld, M. (1995), *The restructuring of international relations theory*. Cambridge, Cambridge University Press
- Onuf, N. (1989), *World of our making. Rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press
- Panikkar, R. (1995), *Cultural disarmament. The way to peace*. Louisville: Westminster Fort Knox Press
- Paris, R. (1997), "Peacebuilding and the limits of liberal internationalism", *International Security*, 22 (2), 54-89
- Paris, R. (2002), "International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'", *Review of International Studies*, 28, 637-656
- Pätomäki, H. (2001), "The challenge of critical theories: peace research at the start of the new century", *Journal of Peace Research*, 38 (6), 723-737
- Pugh, M. (2005), "The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective", *International Journal of Peace Studies*, 10 (2), 23-42
- Pureza, J. M. (1999), "O príncipe e o pobre. O estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 373-376
- Pureza, J. M. e Cravo, T. (2005), "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 5-19
- Pureza, J. M e Moura, T. (2005), "Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum", *Revista Portuguesa de História*, 37, 45-63
- Rasmussen, M. (2003), *The west, civil society and the construction of peace*. Londres: Palgrave
- Reardon, B. (1995), *Sexism and the war system*. Nova Iorque: Teachers College Press
- Reid, H. e Yanarella, E. (1976), "Toward a critical theory of peace research in the United States: the search for an 'intelligible core'", *Journal of Conflict Research*, 13 (4), 315-341
- Richardson, L. (1960), *Statistics of Deadly Quarrells*. Londres: Boxwood Press
- Richmond, O. (2007), *The transformation of peace*. Houndmills: Palgrave Macmillan

- Richmond, O. (2008), "Reclaiming peace in international relations", *Millenium – Journal of International Studies*, 36 (3), 439-470
- Ruggie, J. G. (1986), "Continuity and transformation in the world polity: toward a neorealist synthesis", em R. Keohane (org.), *Neorealism and its critics*. Nova Iorque, Columbia University Press, 131-157
- Schmid, H. (1968), "Peace research and politics", *Journal of Peace Research*, 5 (3), 217-232
- Singer, J. D. (1970), "From 'A study of war' to peace research: some criteria and strategies", *Journal of Conflict Resolution*, 14 (4), 527-542
- Skelly, J. (2002), "A constructivist approach to peace studies", *Peace Review*, 14 (1), 57-60
- Smith, S. (1992), "The forty years detour: the resurgence of normative theory in International Relations", *Millenium – Journal of International Studies*, 21 (3), 489-506
- Smith, T. (1980), "Arms race instability and war", *Journal of Conflict Resolution*, 24 (2), 253-284
- Sodupe, K. (2003), *La teoria de las Relaciones Internacionales a comienzos del siglo XXI*. Leioa, Universidad del Pais Vasco
- Stauffer, R. (1974), "The political economy of a coup: transnational linkages and Philippine political response", *Journal of Peace Research*, 11 (3), 161-177
- Stohl, M e Camberlain, M. (1972), "Alternative futures for peace research", *Journal of Peace Research*, 16 (4), 523-530
- Terriff, T. (1999), *Security studies today*. Cambridge: Polity Press
- Tickner, A (1992), *Gender in international relations. Perspectives on achieving global security*. Nova Iorque: Columbia University Press
- Tsebelis, G. (1990), "Are sanctions effective? A game-theoretic analysis", *Journal of Conflict Resolution*, 34 (1), 3-28
- Tunander, O. (1989), "The logic of deterrence", *Journal of Peace Research*, 26 (4), 353-365
- Weede, E. (1983), "Extended deterrence by superpower alliance", *Journal of Conflict Resolution*, 27 (2), 231-253
- Wendt, A. (1989), "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics", *International Organization*, 46 (2), 485-507
- Wendt, A. (1999), *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press
- Wiberg, H. (2005), "Investigação para a paz: passado, presente e future", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 21-42
- Wolpin, M. (1978), "Egalitarian reformism in the Third World vs the military: a profile of failure", *Journal of Peace Research*, 15 (2), 89-107

Wright, Q. (1942), *A study of war*. Chicago: University of Chicago Press

Zartman, W. (1995), *Collapsed states: the disintegration and restoration of legitimate authority*. Boulder: Lynne Rienner